

CENTRO PAULA SOUZA
NOVOTEC INTEGRADO QUALIFICAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS

Estela Yara Ortega Ribeiro
Esther Kauany Santos Maia
Heloisa Nascimento Garrido
Henrique Souza Cosmo

**A AUSÊNCIA DE PROFISSIONAIS PCD'S NA EDUCAÇÃO NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO
2022

CENTRO PAULA SOUZA
NOVOTEC INTEGRADO QUALIFICAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS

Estela Yara Ortega Ribeiro
Esther Kauany Santos Maia
Heloisa Nascimento Garrido
Henrique Souza Cosmo

**A AUSÊNCIA DE PROFISSIONAIS PCD'S NA EDUCAÇÃO NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso Novotec Integrado qualificação em Recursos Humanos do Centro Paula Souza no estado de São Paulo, para apresentação à banca avaliadora, como exigência para obtenção do título de Técnico em Recursos Humanos, sob a orientação da Professora Lucienne Marguti Gil Ferreira e do Professor Me. Rynaldo Lucci Neto.

SÃO PAULO
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

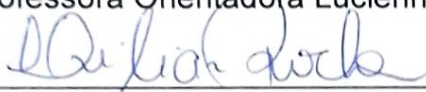
ORTEGA Estela; MAIA Esther; GARRIDO Heloisa; SOUZA Henrique. **A AUSÊNCIA DE
PROFISSIONAIS PCD'S NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO;**

Trabalho de Conclusão de Curso Novotec Integrado Qualificação em Recursos Humanos,
estado de São Paulo, 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador Me. Rynaldo Lucci Neto

Professora Orientadora Lucienne M. Gil Ferreira



Professora Convidada Lilian Aparecida Perin Moreira Rocha

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento da nossa vida acadêmica, enriquecendo o nosso processo de aprendizado.

Gostaríamos de agradecer aos nossos professores orientadores, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram evoluir como estudante e apresentar um melhor desempenho em nossa qualificação profissional na área de recursos humanos.

RESUMO

A partir da Idade Média, surgiram os primeiros relatos acerca do Capacitismo, que a princípio, tinha o seu conceito definido por ser uma prática materializada por meio de atitudes preconceituosas. Com o passar do tempo, esse termo ganhou mais notoriedade e uma concepção mais significativa e passou a ser compreendido como sendo a discriminação contra a pessoa com deficiência, fato que era constantemente observado durante essa época. No entanto, alguns anos depois, notou-se a necessidade de quebrar os paradigmas que foram criados juntamente ao Capacitismo e foi a partir dessa necessidade que as primeiras iniciativas voltadas a educação de PCD's foram criadas, seguidas pelo surgimento de políticas públicas voltadas para a inclusão dos mesmos. Já no século XXI, com o surgimento de diversas medidas direcionadas a promoção de uma qualidade de vida mais digna e ao investimento de normas para promover uma maior acessibilidade para PCD's em momentos de lazer e no mercado de trabalho, as pessoas com deficiência passaram cada vez mais a ganhar espaço, autonomia e mobilidade e mudaram o como como eram vistos em sociedade, ressignificando o seu papel como cidadãos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação. Inclusão. Pessoas com Deficiência (PCD).

ABSTRACT

From the Middle Ages on, the first reports about Capacitism emerged, which at first had its concept defined because it was a practice materialized through prejudiced attitudes. Over time, this term gained more notoriety and a more significant conception and came to be understood as discrimination against people with disabilities, a fact that was constantly observed during this time. However, a few years later, it was noticed the need to break the paradigms that were created together with Capacitismo and it was from this need that the first initiatives aimed at the education of PWD's were created, followed by the emergence of public policies aimed at their inclusion. Already in the 21st century, with the emergence of several measures aimed at promoting a more dignified quality of life and the investment of standards to promote greater accessibility for PWDs in leisure time and in the labor market, people with disabilities began to gain more and more space, autonomy and mobility and changed how they were seen in society, resignifying their role as citizens.

Keywords: Accessibility. Education. Inclusion. People with Disabilities (PWD).

Lista de Símbolos

Descrição	Símbolo
Pessoas com Deficiência	PDD
Instituto Nacional de Educação de Surdos	IBES

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	11
1.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
1.4 HIPOTETES	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O CAPACITISMO.....	13
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSIBILIDADE	17
2.2.1 Lei de cotas	17
2.2.2 Deficiência	18
2.2.3 Acessibilidade.....	19
2.2.3.1 Tipos de acessibilidade.....	20
2.3 O PAPEL DO RH NA INCLUSÃO E SEUS EFEITOS.....	22
2.3.1 Os efeitos da inclusão.....	23
3. METODOLOGIA	24
4. RESULTADO E DISCUSSÕES	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

APRESENTAÇÃO

A seguinte pesquisa exploratória qualitativa consiste em evidenciar a evolução da trajetória de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, especificamente no âmbito educacional, destacando uma problemática em cima de hipóteses, que foram essenciais para que pudéssemos traçar objetivos e determinarmos quais resultados desejamos obter com a realização deste trabalho, esclarecendo, dessa forma, a justificativa da escolha do nosso tema.

A partir dessas informações, optamos por trabalhar diante de tópicos dos quais julgamos essenciais a existência de discussões, a fim de proporcionar uma maior visibilidade sobre o tema. Dentre esses, iremos abordar sobre o contexto histórico da inserção de PCD'S no mercado de trabalho, sobre políticas públicas e acessibilidades para PCD'S e a respeito do papel do departamento de RH na inclusão e seus respectivos efeitos, acrescentando subtópicos para proporcionar um enriquecimento de informações.

Após todas as análises, estudos e recolhimento de informações, concluímos a nossa pesquisa com base em todo o conteúdo aprofundado que foi estudado, mostrando, dessa forma, os resultados obtidos ao final de nossa pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

Após a segunda guerra mundial (1939-1945), os PCD's começaram a receber uma maior visibilidade, isso por causa da rasa mão de obra presente após a guerra. Com a chegada da revolução industrial, os PCD's sobreviventes da guerra passaram a ser inclusas no mercado de trabalho.

Em 1975, foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Isso foi um marco na história de inclusão, afinal esse documento tem como objetivo reafirmar os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos PCD's.

Apesar dessas conquistas, a sociedade ainda continua enxergando profissionais PCD's de forma preconceituosa por diversos fatores, como suas limitações e dificuldades, já que, em teoria, não se enquadram em um padrão estabelecido.

Nos dias atuais diversas leis buscam inserir profissionais PCD'S no mercado de trabalho, visando, dessa forma, proporcionar um aumento na questão da inclusão, que está interligada com a necessidade pública de uma infraestrutura adequada para tais profissionais. As universidades tem sido constantemente remodeladas para atender as necessidades trabalhistas de PCD'S, mudanças realizadas com o intuito de garantir e preservar a integridade e o desenvolvimento trabalhista desses funcionários. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é investigar, por meio de pesquisas bibliográficas, o cotidiano de universidades do Estado de São Paulo, a fim de refletir sobre o efeito de adequações passadas e entender as reais necessidades atuais para que uma melhor inclusão seja adequada no âmbito educacional.

1.1 OBJETIVOS

Geral: Identificar e analisar os desafios que envolvem a ausência da inclusão de profissionais PCD'S na área educacional do Estado de São Paulo.

A partir do objetivo geral foram estabelecidos os objetivos específicos, quais sejam:

- Identificar aspectos que dificultam a contratação de profissionais PCD'S na área educacional;
- Verificar o processo de adequação do ambiente para profissionais PCD'S;
- Debater sobre estratégias no departamento de recursos humanos que estimulem a inclusão de profissionais PCD'S na área educacional do Estado de São Paulo.

1.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O processo de adequação no âmbito educacional para profissionais PCD'S.

1.3 JUSTIFICATIVA

A questão da ausência de profissionais PCD'S na educação vem ganhando cada vez mais visibilidade, porém, a pauta ainda não alcançou a atenção necessária capaz de resolver essa problemática. Até hoje, centenas de profissionais PCD'S enfrentam grandes dificuldades para entrar no mercado de trabalho, mesmo com a obrigatoriedade legal. Essa dificuldade ocorre por conta de diversos fatores, como a falta de inclusão, por exemplo. Essas dificuldades resultam nas estatísticas, comprovando a ausência de profissionais PCD'S na educação no Estado de São Paulo.

Dentro do âmbito educacional muitas instituições buscam a inclusão de profissionais com algum tipo de deficiência, pois muito fala-se sobre a inclusão social e o mais importante, sobre a lei de cotas, que por sua vez, está sendo mais rígida com as empresas. Porém são poucos os portadores de deficiência que possuem a carteira assinada. A verdade é que poucas empresas colocam na prática essa lei de forma

correta. Além do grande número que descumpre, há uma série de organizações que não dão o auxílio necessário aos funcionários PCD'S ou optam por evitar a contratação desses funcionários, comprometendo dessa forma, o seu desenvolvimento profissional. Com base no atual cenário e a sua importância, planejamos expor e explorar os problemas através de pesquisas. Para, então, contribuir com uma maior interação deles com o meio da educação no estado de São Paulo.

1.4 HIPOTETES

- A inclusão de profissionais PCD'S pode ter um impacto na área educacional;
- A adequação no ambiente educacional pode incluir mais profissionais PCD'S na área;
- Os obstáculos da inclusão podem influenciar diretamente na contratação de profissionais PCD'S;
- O preconceito pode ser um dos principais fatores que afetam a falta de inclusão de profissionais PCD'S.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As pessoas com deficiência sempre estiveram presentes em toda a nossa trajetória histórica, mas é notável como a pauta vem sendo cada vez mais discutida e explorada nas ciências sociais. Tratando-se de um tema fundamental, abordaremos o porquê de, por muitos anos, pessoas com deficiências serem historicamente rejeitadas pela a sociedade e seus familiares.

2.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O CAPACITISMO

De acordo com Gugel (2007) em registros antigos são abordados métodos de extermínios em casos de crianças já nascidas com deficiência física ou mental. Como, por exemplo, na Grécia Antiga, onde o filósofo Platão, no livro "A República", e o filósofo Aristóteles em "A política", relatam em seus respectivos livros o planejamento para esse extermínio.

Ainda conforme Gugel (2007) A República, Livro IV, 460 c – Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém

Segundo Saraiva (2017) A Política, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida).

Segundo Silva (1987) o Antigo Egito, a crença que rondavam aquela época era de que as doenças graves, assim como as deficiências físicas e problemas mentais graves, ocorriam através de maus espíritos, por demônios ou por pecados de vidas anteriores que ainda não foram pagos. Sendo assim, a interpretação era de que os deficientes não podiam ser "curados" sem a intervenção dos deuses, o único outro jeito era mediante poder divino que era proporcionado aos médicos-sacerdotes, especializados nos "Livros Sagrados" sobre doenças e suas curas. Tais médicos se

preparavam por anos e se tornavam qualificados para prestar atenção médica às pessoas que tinha sinais ou sintomas de doenças graves ou de deficiências físicas e mentais, sendo consequentes de malformações congênitas, acidentes ou infortúnios das guerras. Contudo, ter acesso a esses médicos eram um privilégio que somente os membros da nobreza, sacerdotes, guerreiros e seus familiares possuíam.

Com o surgimento e a popularização do cristianismo as pessoas com deficiência passaram a serem vistas como filhos de Deus, ou seja, o tratamento da sociedade com as pessoas com deficiência passou a ser dividido entre caridade e extermínio para purificá-los dos pecados, já que a deficiência era considerada como tal. Na própria bíblia, em Levítico 21:16-22, é abordado sobre pessoas com deficiências não ter a permissão de fazer oferendas a seu Deus.

A questão envolvendo assistências médicas para PCD'S começou a ser desenvolvida lá na Grécia, que passou a ser considerada pioneira nesse quesito, já que, devido a guerra e o uso de armas cortantes, passou a ter um crescente número de pessoas com deficiência. Diante disso, Grécia viu a necessidade de amparar tais pessoas, já que as mesmas não possuíam a condição de manter sozinhas o seu sustento.

De acordo com Silva (1987) a assistência médica ocorria através de diversos fatores, como medicações, intervenções cirúrgicas, banhos especiais, massagens, fisioterapias, etc. Mas, apesar de um avanço grande como esse na sociedade grega, a assistência medica prevista por lei não se aplicava a crianças que nasciam com deficiência, cabendo a comissão oficial de anciãos ou o próprio pai decidir o destino dela.

Conforme aponta Pessotti (1984) estas crianças eram sacrificadas mediante a justificativa da procura de corpos perfeitos. Em Esparta, era comum crianças deficientes serem lançadas de abismos ou abandonadas em cavernas e florestas. Essa pratica durou séculos.

Em contrapartida, a Revolução Francesa fez com que a sociedade enxergasse a deficiência como algo tratável, foi quando surgiu hospitais psiquiátricos, confinamentos em asilos e conventos. Entrando no século XVII e XVIII, houveram avanços na integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho devido ao aumento da necessidade de mão-de-obra que veio junto com a revolução industrial.

Foi neste período que houveram as primeiras iniciativas de ensinar comunicação para os surdos, instituições para cuidar e tratar pessoas com deficiência mental, criação da cadeira de rodas, bengalas, muletas, próteses, entre outros. Foi nesta mesma época que Louis Braille criou o código Braille. Foi no século XVIII, graças a evolução da anatomia, a ciência e a área cirúrgica sofreram uma boa melhoria. Isso fez com que o progresso da ciência determinasse o aperfeiçoamento gradual das casas de assistências.

De acordo com Silva (1987) no século XIX, a sociedade reconhece sua responsabilidade para com as pessoas com deficiências, dando grande ênfase no quesito de medidas de assistências e proteção. Nos Estados Unidos foram criadas medidas que garantissem moradias e alimentação para marinheiros e fuzileiros com deficiências e na Filadélfia, logo após a Guerra Civil, foi construído o Lar Nacional para soldados voluntários deficientes.

Entre os séculos XIX e XX, de acordo com Figueira (2008) foi quando começou a criação das instituições prestadoras de assistências no Brasil. Como, por exemplo, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (Instituto Benjamin Constant) e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), localizados na cidade do Rio de Janeiro e fundadas pelo Imperador D. Pedro II.

O propósito de tais instituições era acolher e auxiliar os PCD'S, porém suas ações poderiam ser interpretadas como um método de retirá-las do convívio social, isolando em um determinado espaço, delimitando e censurando suas ações e compreensões.

Com o passar das décadas, os PCD'S passaram a ser cada vez mais notados em nossa sociedade, fazendo com que mais medidas inclusivas fossem criadas, como por exemplo o Estatuto para Pessoas com Deficiência criado em 2015 que visa assegurar e promover inclusão social e cidadania Brasil MEC (2015). Além disso na década de 80 foi criado o termo "Capacitismo" que de acordo com Vendramin (2019), é a leitura que é feita de PCD'S presumindo que são incapazes devido a sua condição corporal, ou seja, séculos de preconceito e exclusão passaram a ter um nome.

De uma forma mais aprofundada, Dias (2013), aponta que a base do Capacitismo é formada através do histórico de eugenia e sobre como está relacionado com a normatização autoritária sobre o padrão corporal humano, desencadeando a crença de que corpos fora desse padrão são insuficientes. Essa crença resulta na

diminuição de seus direitos, podendo ser de maneira conceitual e estética, ao fazer alguma tarefa específica, ou, até mesmo, ao presumir de que essas pessoas são naturalmente não saudáveis.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSIBILIDADE

As políticas públicas são ações, programas, medidas ou iniciativas criadas por órgãos governamentais, sendo eles nacionais, estaduais ou municipais, tendo a participação da sociedade para assegurar direitos à população.

As ações devem contemplar os eixos sociais, que por sua vez, estão transcritos por lei na Carta Magna, sendo eles a educação, o meio ambiente, a segurança, a saúde e a acessibilidade.

Segundo Sasaki (2003), no início da história, os PCD'S eram considerados como "pessoas inválidas", "indivíduos sem valor", ou até "inúteis" para a família e para a sociedade, termos que ainda são utilizados em pleno século XXI. Entrando no mercado de trabalho, os portadores de deficiência (PCD'S) são vistos como criadores de custos, isto é, a sua inserção no mercado não depende somente da superação dos preconceitos, mas também da viabilização econômica de sua adaptação.

É necessário quebrar as barreiras arquitetônicas existentes nas organizações para, a partir desta realização, receber este grupo, porém diversas organizações não estão dispostas a realizar essas adaptações. Ademais, existe o fato que, algumas pessoas com deficiência (PCD'S) necessitam, assim como todas as pessoas, se retirar para fazer exames de rotina para a manutenção da própria saúde, o que dentro das empresas podem contemplar isto como prejuízos no quesito de produtividade.

2.2.1 Lei de cotas

No ano de 1991, foi regulamentada a lei 8.231, a Lei de Cotas para PCD'S, que estabeleceu dentro de empresas com mais de cem funcionários, uma quantidade mínima de vagas para pessoas com deficiência. De acordo com essa lei, no art. 93, incisos de I a IV, ficou determinando que:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: - I - até 200 empregados.....2%; - II - de 201 a 500.....3%; - III - de 501 a 1.000.....4%; - IV - de 1.001 em diante.....5%"

(<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3002/2283.pdf?sequencia=1>).

A Lei 8.213 da Legislação Brasileira, em seu parágrafo primeiro, art. 93 estabelece:

A dispensa do empregado deficiente nos contratos indeterminados, só pode ocorrer quando outro candidato também PCD's, for contratado no lugar do dispensado. Se esta não ocorrer, o empregado original deve ser reintegrado mesmo em condições de trabalho insatisfatórias.

2.2.2 Deficiência

Deficiência é o termo que define a ausência de uma estrutura, podendo ser ela de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, na qual pode afetar diretamente a participação concreta em sociedade em correspondência de condições com a demais população.

Foi a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas, realizada em 2006, que se convencionou a utilização da sigla PCD para se referir às pessoas que possuem limitações permanentes, que normalmente necessitam de atendimento especial, afim de desenvolver suas potencialidades.

De acordo com a Legislação Brasileira, decreto nº 3.298, art. 4, é considerada pessoa portadora de deficiência (PCD'S), a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos

quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - Deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho;

V - Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Ademais, a lei Berenice Piana, também conhecida como Lei do autismo de n. 12.764/12, que foi regulamentada em 2012, criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo que pessoas com TEA são consideradas PCD'S para todos os efeitos legais. Sendo assim, todos os direitos assegurados às PCD'S são igualmente assegurados também às pessoas com autismo.

De acordo com Straub (2005), anteriormente, a compreensão acerca da deficiência evoluiu de um panorama médico para um conceito biopsicossocial, que prevê que as forças biológicas, psicológicas e sociais ajam em conjunto para determinar a saúde e a vulnerabilidade do indivíduo à deficiência, de maneira que devam ser explicadas em relação a contextos múltiplos. Apenas após os anos 2000, surgiu uma nova perspectiva denominada modelo social da deficiência, onde afirma que a deficiência ultrapassa as barreiras físicas e é atribuída à desvantagem social que as pessoas vivenciam devido às barreiras ambientais.

2.2.3 Acessibilidade

A acessibilidade no Brasil é uma necessidade que é enfrentada por cerca de 24% da população brasileira, que possuem dificuldades visuais ou fisco-motoras. É um direito essencial, que deve ser cumprido com ênfase na prática para que a inclusão de pessoas com deficiência de fato ocorra.

A falta de supervisão desse direito gera uma série de obstáculos para o acesso a locais públicos por parte de pessoas com deficiência.

A Lei 10.098 da Constituição Federal em seu art. 1, dispõe:

Art. 1º- Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

2.2.3.1 Tipos de acessibilidade

Muitos pensam que a acessibilidade está relacionada apenas com aspectos arquitetônicos, porém ela engloba outras diversas condições que garantem o acesso tanto para ambientes quanto para serviços e informações por parte de PCD'S.

Segundo pesquisas realizadas por Sasaki (2002), podemos identificar oito tipos diferentes de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática, acessibilidade nos transportes e acessibilidade digital, uma vez que cada um deles possui um objetivo distinto, sendo eles:

Acessibilidade atitudinal: A acessibilidade atitudinal tem relação direta com preconceitos e estigmas que envolvem o pensamento em torno da sociedade. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois são as atitudes das pessoas que impulsionam a remoção de barreiras.

Acessibilidade arquitetônica: Refere-se a adequação e a eliminação de barreiras ambientais físicas em residências, edifícios e em espaços e equipamentos urbanos, como a presença de rampas, banheiros e elevadores adaptados e adequados, entre outras.

Acessibilidade metodológica: A acessibilidade metodológica está diretamente ligada à pedagogia, que nada mais é do que a adaptação das metodologias e técnicas de aprendizagem para pessoas com deficiência (PCD'S).

Acessibilidade programática: Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).

Acessibilidade instrumental: Auxilia a adaptação de instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho, estudo e lazer.

Acessibilidade nos transportes: Forma de acessibilidade que extingue barreiras não apenas em veículos, mas também em pontos de paradas como calçadas, terminais, estações e tudo o que abrange as redes de transportes.

Acessibilidade digital e nas comunicações: Esse tipo de acessibilidade visa eliminar empecilhos nas comunicações interpessoais e escritas, englobando também textos em braile, uso equipamentos tecnológicos adequados que apresentem conteúdo de informação em formatos alternativos.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1998, no artigo 5º inciso XV, todos os cidadãos têm direito de ir e vir. Ou seja, é garantido a todos, por lei, o acesso a todos os espaços públicos disponíveis em suas cidades. Para isso, é essencial que todos os tipos de acessibilidade sejam igualmente valorizados, para que de fato seja garantido aos PCD'S o acesso lhes conferido por lei, sem qualquer obstáculo que o limite, garantindo segurança e autonomia aos mesmos.

2.3 O PAPEL DO RH NA INCLUSÃO E SEUS EFEITOS

A contratação de pessoas com deficiência (PCD'S) é uma pauta envolvida por diversos mitos, por isso, é essencial conhecer as principais diferenças entre os métodos de contratação, já que eles podem dar outra visão sobre como esse processo seletivo não deve ser reconhecido como algo fora do normal e nem mais complicado do que o habitual. É essencial entender algumas diferenças no processo de recrutamento e seleção de pessoas com deficiência. O processo de recrutamento e seleção de PCD'S requer conhecimentos específicos da parte do recrutador acerca dessa ampla temática. Esses conhecimentos precisam ser diferenciados, porém, o processo deve ser conduzido na mesma proporção do que para os demais. São diferenças mínimas comparadas às vantagens que empresas irão colher com o aumento da contratação de PCD'S.

O recrutador deve priorizar conhecer as competências do candidato e por último averiguar as necessidades que o candidato irá precisar para ter um bom desempenho profissional dentro da empresa. É importante ressaltar que é essencial avaliar a autoestima do candidato, pois, uma pessoa com deficiência que tem autoestima elevada entende que a cadeira de rodas, a bengala ou o aparelho auditivo são equipamentos que dão liberdade e que os ajudam a realizar atividades e tarefas do cotidiano. Algumas questões precisam ser abordadas dentro do processo de recrutamento de profissionais com deficiência, como:

- a. Como tem sido a sua jornada educacional? Você frequentou escolas regulares ou especiais? Você apresentou alguma dificuldade ao longo do período escolar? Deseja estudar mais? Quais cursos você deseja fazer?
- b. Como você avalia o seu desempenho em empregos anteriores? Houve alguma necessidade adequação em sua empresa para desenvolver as tarefas profissionais? Houve alguma necessidade de adaptações na cadeira, na mesa de trabalho, no computador ou outras?
- c. Qual o seu grau de autonomia e independência no trabalho e no cotidiano? Usa transporte público como ônibus, metrô? Tem alguma dificuldade com longas caminhadas? Você consegue ficar em pé por um longo período? Você consegue carregar peso? Tem autonomia para ir sozinho ao banheiro?

d. Como está a sua saúde? Você possui alguma necessidade de visitas frequentes aos médicos? Você toma algum medicamento com frequência?

e. O que você acha de usar cadeira de rodas, muletas ou próteses (deficiência física), bengala e software leitor de telas (deficiência visual) ou aparelho auditivo (deficiência auditiva)?

No final da entrevista é importante que aconteça um feedback assim como nos demais processos seletivos, é fundamental que todos os candidatos recebam um feedback do seu processo de seleção e as razões pelas quais foram aprovados ou reprovados.

2.3.1 Os efeitos da inclusão

A inclusão de profissionais PCD'S na área educacional é fundamental. Com isso, esses profissionais conseguem quebrar barreiras que julgavam ser indestrutíveis, como o preconceito social. É essencial também para que ocorra a aprendizagem e o desenvolvimento profissional, promovendo ganhos na socialização e nos desenvolvimentos sociais, cognitivos, intelectuais e socioemocionais.

Além disso, a inclusão também pode passar um sentimento de acolhimento dentro da empresa ou do ambiente de trabalho, promovendo uma maior motivação por parte do funcionário, que com esse estímulo, focara na superação de metas pessoais em serviço.

A harmonia dentro do âmbito educacional é extremamente necessária, pois promover um ambiente onde exista o apoio e o respeito entre a equipe, ajuda no rendimento de tarefas e em suas execuções, além de atrair melhores avaliações, gerando líderes admirados e colaboradores felizes e produtivos.

3. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido através do método exploratório qualitativo. Segundo Gil (2008) entende-se por uma pesquisa exploratória qualitativa que utiliza a junção dos métodos indutivo e observacional. Escolhemos esses métodos, portanto, a pesquisa foi baseada na observação de casos concretos ao longo dos séculos suficientemente confirmadores da realidade acerca do tema.

No início foram levantadas hipóteses de acordo com método dedutivo hipotético. Que de acordo com Gil (2008) é quando os conhecimentos disponíveis sobre um determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surgindo o problema. Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, ocorre a formulação de conjecturas ou hipóteses.

Foram definidas quatro palavras-chave para fundamentação da pesquisa e possibilidade de traçar os objetivos aqui apresentados. Dados os objetivos, foi elaborado um referencial teórico do qual fomenta base para a discussão dos resultados apresentados. O referencial teórico foi feito através de artigos e revistas encontrados em sites como "Google Acadêmico" e "SciELO", bem como sites do próprio Governo.

Com base nos fatos mencionados foi possível ofertar um parecer dentre as considerações finais propostas, com o rastreamento dados nas referências deste trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio das leituras como referência bibliográfica, analisamos os desafios envolvendo a inclusão de PCD'S ao longo dos séculos através de contextos e mudanças sociais. Com isso, apontamos a importância do papel do departamento de Recursos Humanos referente a inclusão de profissionais PCD'S no âmbito educacional. Tal importância é notada no momento em que a contratação de PCD'S necessita de métodos diferentes, mas que sejam tão eficientes e igualitários quanto métodos comuns, não podendo ser reconhecido como algo fora do normal e nem mais complicado que o habitual.

Portanto, o recrutador deverá priorizar as competências do candidato ao mesmo tempo em que providencia um ambiente que atende todas as vigentes necessidades do candidato. Além de, é claro, promover um processo seletivo que não seja discriminatório, sendo necessário conhecimento específicos e feedbacks após o término de tal processo.

Gugel (2007), aponta que toda todo o preconceito e discriminação para com as Pessoas com Deficiência estão enraizadas na sociedade há muito tempo, mais precisamente desde a Grécia Antiga onde era facilmente possível encontrar relatos de extermínios para com PCD'S em livros de autores famosos como em "A política" e "A República" de Platão e Aristóteles, respectivamente. Assim como, de acordo com Silva (1987), no Antigo Egito também se encontra a crença de que PCD'S na verdade eram maus espíritos, demônios ou pecados de vidas anteriores que ainda não pagos.

De acordo com Silva (1987), foi somente no século XIX reconhece sua responsabilidade para com as pessoas com deficiências, com ênfase no quesito de medidas de assistências e proteção. Portanto, entre os séculos XIX XX, segundo Figueira (2008), foi quando começou a criações das instituições prestadoras de assistências no Brasil.

Para Vendramin (2019) e Dias (2013), o Capacitismo, termo criado por volta dos anos 80, se trata da presunção de que PCD'S são incapazes, devido suas condições, e da normatização autoritária sobre o padrão corporal do ser humano. Dias (2013) ainda aponta que o Capacitismo também está presente quando pressupomos que tais pessoas não são naturalmente saudáveis.

Apesar de tais discriminações terem origem há muitos séculos atrás, para Sasaki (2003), o uso de palavras hostis para se referir à Pessoas com Deficiência

como "pessoas inválidas", "indivíduos sem valor" ou até "inúteis" para a família e para a sociedade, ainda são utilizados em pleno século XXI. Mesmo que, segundo Straub (2005), a compreensão acerca da deficiência tenha evoluído de um panorama médico para um conceito biopsicossocial, prevendo que as forças biológicas, psicológicas e sociais ajam em conjunto para determinar a saúde e a vulnerabilidade do indivíduo à deficiência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAS

A presente pesquisa buscou esclarecer para a sociedade os efeitos do preconceito sofrido por profissionais PCD'S no decorrer dos anos e como a inclusão têm sido fundamental na superação de barreiras, sobretudo no mercado de trabalho.

A área educacional, a acessibilidade fornecida pelas instituições de ensino e as estratégias adotadas pelo departamento de recursos humanos acerca da inclusão de PCD'S foram os focos principais em debate, pondo em evidência características essenciais para o combate à ausência de profissionais PCD'S no âmbito educacional.

Com os resultados obtidos depreende-se a necessidade de se combater o preconceito ainda existente no meio dos cidadãos, principal barreira para a prática da total inclusão de PCD'S, não apenas no âmbito educacional, mas em plena sociedade e que precisa ser retorcido. Com o tempo, uma série de desafios vem sendo vencidos devido à inclusão, que cada vez mais se desenvolve em grande escala. Com ela, a história de luta e perseverança de pessoas com deficiência pode ser evidentemente honrada.

Consideramos essa pesquisa como precursoras de novos conhecimentos e a ofertamos a comunidade acadêmica como fonte de pesquisa para o desenvolvimento das ciências humanas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 06/07/2015. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>
Acesso em: 15/10/2022.
- BRASIL. **Lei n. 8.213**, de 24/07/91. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>
Acesso em: 17/11/2022.
- DIAS, A. **Por uma genealogia do Capacitismo: da eugenia estatal até a narrativa Capacitista Social**. I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. São Paulo, 2013. Acesso em: 20/09/22.
- Disponível em
<http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/manual_pessoas_com_deficiencia_24420151529217055475.pdf> Acesso em: 28/10/22.
- Disponível em <<https://www.unoesc.edu.br/atendimento/definicao>> Acesso em: 28/10/22.
- FIGUEIRA, E. **Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo, 2008. Acesso em 15/09/22.
- Gugel, M. **Pessoas com Deficiências e o Direito ao Trabalho**. Santa Catarina, 2007. Acesso em 14/09/22.
- MARCHESAN, A. CARPENEDOR. **Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência**. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26199>> Acesso em: 24/09/22.
- MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Platão e Crianças com Deficiências**. Rev. Pemo, Fortaleza, v. 2, n. 3233849, 2020. Disponível em:
<<http://revistas.uece.br>> Acesso em: 14/09/22.
- PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em:
<<https://saude.rs.gov.br/saude-da-pessoa-com-deficiencia>> Acesso em: 05/10/22.

- PESSOTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. 4. ed. São Paulo. Queros Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Acesso em: 15/09/22
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Acesso em: 15/10/22.
- SILVA, Dayana Belo da. **Barreiras na inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol. 10, pp. 123-136. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959. Acesso em: 28/11/22.
- Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/pessoa-com-deficiencia>> Acesso em: 10/10/22.
- SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo, 1987. Acesso em: 15/09/22.
- VENDRAMIN, C. **Repensando Mitos Contemporâneos: O Capacitismo**. São Paulo, 2019. Acesso em 15/10/22.